

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Léo da Silva

**Relatando a dor: uma autoetnografia sobre violência sexual, adoecimento
mental e suas dinâmicas emocionais**

Porto Alegre
2023

Léo da Silva

**Relatando a dor: uma autoetnografia sobre violência sexual, adoecimento
mental e suas dinâmicas emocionais**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiene Gama

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fabiene Gama, minha orientadora, que acreditou em minha ideia e me conduziu da melhor forma possível durante o processo doloroso de escrita deste trabalho. Sem seu olhar atento e cuidadoso, não apenas com o texto, mas comigo e meu bem estar, este trabalho não seria possível.

Agradeço à minha mãe por sempre fazer de tudo para me apoiar e me ver feliz. Este trabalho também é seu!

Agradeço à Petra, minha melhor amiga, minha irmã. Obrigada por todo teu apoio, teus conselhos, teu carinho.

Dedico este trabalho a todas àquelas que foram vítimas de violência sexual e suas perversidades. Que este trabalho seja fonte de esperança para todas nós, sobreviventes da violência e do ódio.

RESUMO

Neste trabalho proponho uma reflexão acerca da violência sexual e de suas consequências para a saúde mental das vítimas. Para investigar as dinâmicas da violência e seus impactos na vida de uma estudante trans não binária moradora de uma cidade universitária do interior do Rio Grande do Sul, utilizo a autoetnografia como caminho ético-metodológico para refletir sobre experiências vividas por mim a partir de uma perspectiva antropológica crítica e auto-refletiva. Retomo as discussões do campo da Antropologia das Emoções para analisar sentimentos como nojo, culpa e humilhação como chaves generificadas de compreensão de processos de violência sexual. A partir disso produzo uma pesquisa fortemente corporificada, que rompe com o pacto de silêncio em torno do estupro de pessoas vulneráveis, fazendo emergir dinâmicas culturais que as pessoas vivem, mas que habitam a esfera do não-dito.

Palavras-chave: Violência Sexual; Autoetnografia; Antropologia Das Emoções; Saúde Mental; Gênero e Sexualidade.

ABSTRACT

In this work i propose a reflection about sexual violence and its consequences to the victims mental health. Seeking to investigate the violence dynamics and its impacts in the life of a trans non binary student living in a university city in the extreme south of Rio Grande do Sul, i use the autoethnography as ethical-methodological path of investigation to reflect about experiences lived by me from a critical and self-reflective anthropological perspective. Resuming the anthropology of emotions discussions i search to analyze emotions like disgust, guilt and humiliation as gendered keys in the effort of comprehension of the sexual violence processes. From this I produce a widely embodied research, which breaks through the silence pact between vulnerable people, highlighting the cultural dynamics that people experience, but that inhabit the sphere of the unspoken.

Key words: Sexual Violence; Autoethnography; Anthropology of Emotions;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - Autoetnografia: em busca de uma pesquisa corporificada, situada e vulnerável.....	3
CAPÍTULO II - Intersecções: Gênero, violência sexual e seus encadeamentos emocionais.....	13
CAPÍTULO III - Experiências de uma vítima de estupro: violência, emoções e sobrevivência.....	26
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

As reflexões que apresento neste trabalho são fruto tanto de minha trajetória no ensino superior como também de minhas experiências pessoais. Nos últimos dois anos do curso de Ciências Sociais tive a oportunidade de direcionar minhas pesquisas para áreas que há tempos despertam meu interesse e que estão diretamente relacionadas com quem eu sou, minha identidade e minhas vivências. Dessa forma é pertinente iniciar este texto falando um pouco sobre a pessoa que escreve.

Me chamo Léo, nome que escolhi. Tenho 27 anos e sou uma pessoa trans não binária que se identifica com a feminilidade, branca, de classe média-baixa e moradora de Novo Hamburgo, cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Sofro há anos com sintomas de depressão e recentemente fui diagnosticada com transtorno de personalidade limítrofe (TPL). Em 2019, ano que morei na cidade de Pelotas (RS), fui vítima de dois estupros extremamente violentos, que modificaram não apenas quem eu sou, mas também direcionaram meu interesse pela pesquisa científica sobre o tema.

Não é usual que um trabalho de conclusão de graduação inicie de forma tão íntima e confessional, mas penso que essa escolha textual seja fecunda para o que pretendo fazer aqui. Esse é um texto pessoal, subjetivo, emotivo, sem perder seu comprometimento com o fazer científico e com uma produção de conhecimento ética e engajada; não há antagonismo entre estes empreendimentos. Aqui estão memórias, anotações, trechos de diário, diálogos e outras experiências que envolvem gênero, violência sexual e saúde mental. O que busco é extrair as dinâmicas culturais que circunscrevem estas experiências, iluminar o que há de coletivo nelas e a partir disso produzir um conhecimento que seja relevante, politicamente engajado e que auxilie na compreensão dos mecanismos de manutenção da cultura do estupro. Entretanto, minhas intenções não são puramente acadêmicas, já que neste processo me aproprio dessas memórias, me refaço enquanto pessoa e pesquisadora e, através do compartilhamento de minhas experiências e das descobertas de tantas outras experiências parecidas, desperto e

sinto despertar em mim uma profunda empatia e conexão com essas pessoas. Também espero afetar pessoas com este texto que escrevo; tocar os corações de minhas leitoras e produzir engajamentos sobre a temática do estupro, auxiliando no enfrentamento da cultura do estupro e na persistência do mesmo enquanto forma de subjugação de corpos femininos.

Para isso, divido minha escrita em três seções. Na primeira, delimito as referências metodológicas que me influenciaram e reflito sobre a produção do conhecimento científico corporificado e seus desafios. Apresento a autoetnografia, de acordo com referências como Gama (2019) e Ellis, Adams e Bochner (2015), como caminho de investigação escolhido para análise do tema proposto.

Na segunda seção, apresento referenciais teóricos relevantes nas discussões sobre violência sexual, ressaltando as intersecções entre gênero, sexualidade e violência. Além disso, investigo os encadeamentos emocionais relacionados à experiência do estupro e outras violências sexuais e suas consequências para a saúde mental das vítimas, fazendo emergir algumas das dinâmicas que permeiam a vida destas pessoas e suas experiências com a violência.

Na terceira seção, apresento com mais profundidade minhas experiências e memórias enquanto vítima de estupro, utilizando da produção teórica sobre gênero e emoções, com destaque para as produções de Maria Elvira Díaz-Benítez (2021;2022), na análise deste material etnográfico. Com isso busco iluminar o que há de coletivo nestas experiências, analisando-as em conjunto com outros relatos, materiais jornalísticos e experiências de outras pessoas para então perceber as dinâmicas que circunscrevem os episódios de violência sexual, delimitando suas intersecções com marcadores sociais da diferença e a produção de subjetividades.

Este é um trabalho permeado por dor e tristeza, mas também é uma forma de quebrar o silêncio; de transformar silêncio em linguagem e ação (LORDE, 2019). É, sem dúvidas, um ato de coragem, que demandou de mim mais do que um esforço intelectual, mas uma entrega de corpo e alma. Quero que também seja um texto de esperança para todas aquelas pessoas que foram vítimas de uma das formas mais cruéis de violência e que sentiram na carne suas consequências.

CAPÍTULO I

Autoetnografia: em busca de uma pesquisa corporificada, situada e vulnerável

Ao refletir sobre as possibilidades metodológicas para realização deste trabalho me recordo do meu primeiro contato com a etnografia e, ainda no mesmo contexto, com a autoetnografia. Naquele momento ingressava no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde realizei os dois primeiros semestres do curso e, portanto, duas primeiras disciplinas de antropologia. Passei este primeiro ano odiando a disciplina. Hoje percebo os motivos que me fizeram ter esse sentimento em um primeiro momento. O que aprendi sobre etnografia me parecia um pouco congelado no tempo, desatualizado de certa forma. Discussões sobre a relação entre pesquisadora e objeto, corporalidade, engajamento e marcadores da diferença não estavam incorporadas nas aulas e no conteúdo programático e, dessa forma, e também por inexperiência, a etnografia se apresentava a mim como ferramenta colonialista, pouco dialógica, excludente. Lembro que em uma aula da disciplina de Antropologia I, perguntei à professora sobre autoetnografia, palavra que havia aparecido em uma leitura complementar que realizei. Sua reação foi desestimular o uso da metodologia, dizendo que era um trabalho “para quem está há anos fazendo etnografia” e que mesmo assim era uma metodologia muito criticada. Não tratou de abordar ou ao menos mencionar as discussões que envolvem a autoetnografia; era quase como se dissesse para me afastar disso e me preocupar com o que realmente importava.

Realizo esta introdução como forma de denúncia dos modos como a academia ainda trata elementos da ciência que envolvem uma atitude menos objetiva e mais corporificada: com dificuldade e tensão. A centralidade do modelo racional afastou a ciência de outros campos e outras formas da produção humana do conhecimento, gerando um isolamento que descumpre com os próprios objetivos da ciência, feita por e para a sociedade (SANTOS, 2003). Marclin Felix Moreira (2007) aponta para o pensamento de Michel Foucault como disparador para uma série de questionamentos sobre produção de verdades e a agência das relações de

poder na produção do conhecimento. Para o autor, as ciências sociais sofreram um impacto duplo com a crise de paradigma devido à especificidade de seu objeto, que por sua vez exige uma maior reflexão quanto aos meios de investigação. A movimentação gerada levou à procura de novos caminhos de compreensão de dinâmicas e demandas sociais emergentes.

Em artigo voltado a pensar os dilemas epistemológicos das ciências sociais, Clóvis da Rolt (2011) discorre sobre a dimensão social da produção do conhecimento e a produção das verdades científicas, tomando assim uma posição antipositivista e antifundacional que muito interessa nas discussões deste trabalho. O ponto central aqui é questionar a validade do paradigma racionalista na validação das práticas humanas e a postura universalizante e aparentemente neutra de seus postulados. Como qualquer outra dimensão da ação humana, a ciência é movida por interesses e não é alheia aos valores morais, influências sociais, culturais ou ideológicas. Em outras palavras, as verdades provisórias que ela produz são conformadas por seu condicionamento histórico, cultural, geográfico, econômico, valorativo entre muitos outros que compõem a variabilidade da própria condição humana.

O caráter universalizante da produção do conhecimento é outro ponto de crítica nos textos de Rolt (2011) e Moreira (2007), que, pensando nos textos de Santos (2003), Morin (1996) e Gisálio e Gizlene (1997) vão defender uma ciência posicionada, que assuma seus interesses e suas implicações. Apontam para a produção de um conhecimento que irá “primar pela atenção com o não dito, com o dado marginal, com aquilo que não consta no dado oficial, que não habita a normalidade” (MOREIRA, 2007, p. 47). A esfera do não dito, do subjetivo, da experiência pessoal e suas implicações sociais é objeto central na investigação aqui pretendida.

Podemos incluir aqui a produção de Donna Haraway (2009) em vista de uma escrita feminista que assume sua objetividade parcial e posicionada, ou saberes localizados. Todas nós falamos de um local, uma posição, com vivências e experiências que, intencionalmente ou não, impactam no que é falado e em como é falado. E me parece um pouco abstrato e cínico que as principais críticas quanto a uma suposta falta de objetividade e rigor científico sejam justamente direcionadas às pessoas que vivem às margens, os grupos em constante vulnerabilidade que

dedicam sua pesquisa a pensar suas diferentes maneiras de estar e ser no mundo (MARCONI, 2017).

Daniella Mesquita (2022) afirma que a Antropologia, enquanto disciplina, está constantemente em crise, especialmente no que diz respeito à autoridade do conhecimento que produz, ao seu objeto e a suas formas de representação. Sua posição é a de que tais crises são terreno fértil para impulsionamentos metodológicos e reflexivos e que é exatamente sua condição de instabilidade que lhe confere suas características críticas e reflexivas. A antropóloga ainda pontua que as discussões levantadas por transativistas — e incluo aqui outros pontos de efervescência metodológica como aqueles propostos por autoras vinculadas ao feminismo negro e aos debates do campo do gênero e da sexualidade - são potentes no aproveitamento desta crise perpétua para a renovação reflexiva inerente à Antropologia.

É com base nestas discussões que começo a pensar no lugar da autoetnografia na produção deste trabalho. A autoetnografia é um tipo de construção etnográfica que busca analisar dinâmicas e valores culturais da sociedade a partir da experiência corporificada da pesquisadora. É um campo ainda marginalizado nas pesquisas antropológicas, acusado de pouco rigor científico, premissa que não condiz com a realidade e que está alicerçada nos mesmos postulados positivistas que mencionei anteriormente. É importante destacar que, enquanto método, a autoetnografia não está apartada da análise social, como também não pode ser pensada como uma metodologia solitária. É um encontro entre o pessoal e o cultural; pesquisa amplamente corporificada e politicamente engajada, que se apresenta como uma imersão em si mesmo, com vista em fenômenos culturais. Como destacado por Fabiene Gama (2017, p.1) a autoetnografia “é um gênero autobiográfico de escrita e pesquisa que conecta o pessoal ao cultural, expondo frequentemente um self vulnerável e fenômenos culturais que as pessoas experimentam mas não costumam falar a respeito”; a intenção é usar as experiências individuais como caminhos de investigação de uma realidade social. Um mergulho reflexivo em si mesma com vista no contexto social, buscando extrair os elementos que são compartilhados e que nos auxiliam na compreensão de dinâmicas muitas vezes silenciadas.

A escolha da autoetnografia como caminho investigativo está relacionada com o marcante caráter subjetivo — mas não individual — do tema desta pesquisa. Tomo

como referência central a pesquisa de Fabiene Gama (2020) acerca da autoetnografia enquanto método criativo. A intenção aqui é sublinhar a relevância da experiência na produção de conhecimento acadêmico e científico, negando a primazia da ordem iluminista, que pensa em um conhecimento neutro, objetivo, impessoal e que propõe um distanciamento rígido entre objeto de pesquisa e pesquisadora. O que almejo é trazer corpo, mente e emoções para dentro da pesquisa, investigando subjetividades muitas vezes encobertas pelo purismo científico. Concordo com Rolt (2011, p. 439) quando ele afirma que a ciência tratou de afastar de sua prática a “humanidade essencial dos valores” — e incluo aqui também a dimensão das emoções. Uma pesquisa que se deixe afetar pelas emoções e pelos valores humanos tem o potencial de alcançar lugares antes inacessíveis pela pesquisa mais centrada em pressupostos positivistas.

Silvana de Souza Nascimento (2019) realiza fecunda reflexão sobre a centralidade do corpo da antropóloga na pesquisa etnográfica, evidenciando o tensionamento que esta corporalidade causa no fazer etnográfico e nos resultados que produz. Silvana traz a perspectiva *mestiza* de Gloria Anzaldúa (2012), avessa ao pensamento convergente e binário. Na perspectiva *mestiza* é enfatizado o “pensamento divergente e ampliado, que seja capaz de estilhaçar a dualidade sujeito-objeto e cruzar fronteiras geopolíticas, sexuais, sociais, culturais, linguísticas, etc” (SOUZA NASCIMENTO, 2019, p. 462). É “deixar-se impregnar pelos múltiplos pontos de vista e experiências” (idem, p. 478), assumindo a multiplicidade e a pluralidade como princípios, empenhando-se na descrição, análise e comparação de caminhos, práticas, experiências, teorias e políticas.

O lugar das emoções na produção científica é o fio condutor do artigo de Maria Claudia Coelho (2019), que explora a condição das emoções de intrusas indesejáveis na produção do conhecimento científico, que gera um incômodo produtivo ou como caminho na compreensão da austeridade. A autora recorre ao texto de Renato Rosaldo (1989) para evidenciar a natureza posicionada do conhecimento, em um movimento de integrar as emoções ao modo de conhecer. Pensando no texto muito citado de Favret-Saada, “Ser afetado” (2005), Maria Claudia Coelho (2019) destaca uma produção de conhecimento alicerçada na análise reflexiva das emoções da pesquisadora.

Na autoetnografia o risco de ver o projeto de conhecimento se desfazer é ainda maior do que no caso de Favret-Saada (2005, p. 160). Aqui uma separação

mais cuidadosa entre o momento da experiência e, no meu caso, de sua análise reflexiva é necessária.

As operações de conhecimento acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde. (Favret-Saada, 2005, p. 160).

Assim, encarar minhas próprias memórias como fonte empírica ao narrar as violências que sofri foi um processo desafiador, que exigiu paciência e a capacidade de me distanciar das mesmas. O tempo foi fator crucial, já que para realizar a análise, com base nas teorias mobilizadas, precisei esperar que as emoções que emergiram assentassem, tornando-se passíveis de uma investigação crítica e rigorosa.

A autoetnografia é de extrema valia quando tratamos “de fenômenos culturais que as pessoas vivem, mas não costumam falar” (GAMA, 2020, p. 190), ou seja, trabalha contra invisibilidades e silenciamentos. Ela possui um forte engajamento com práticas representacionais e éticas; desafiando normas, utilizando metáforas, a ruptura do tempo linear e a escrita experimental como forma de subverter “formas, estruturas e conteúdos” (GAMA, 2020, p. 191).

Há de se notar que sendo um campo recente e em constante mutação não há uma definição única ou central sobre o que é a autoetnografia. Contudo, Fabiene Gama (2020, p. 191), pensando nas contribuições de Pedro Motta e Nelson Filice de Barros (2015) elenca, algumas características recorrentes nas pesquisas autoetnográficas, sendo elas:

1) visibilidades para o si (a pesquisadora se torna visível no processo, em relação com ambiente, as pessoas etc.); 2) fortes reflexividades; 3) engajamentos (“em contraste com a pesquisa positivista que assume a necessidade de separação e objetividade, a autoetnografia clama pelo engajamento pessoal como meio para entender e comunicar uma visão crítica da realidade”); 4) vulnerabilidades (explora fraquezas, forças e ambivalências da pesquisadora); 5) rejeita conclusões (é concebida como algo relacional, processual e mutável).

Assim, o que busco com a abordagem autoetnográfica é expor e analisar emoções e violências vivenciadas por mim, refletindo sobre o que é possível compreender, através delas, dinâmicas de gênero, sexualidade e emocionais ligadas

à situações de estupro e violência sexual, assim como suas repercussões na saúde mental das vítimas.

Os relatos que compõem este trabalho fazem parte de uma construção textual alicerçada em memórias, anotações, trechos de diários, diálogos e outras experiências vividas por uma pessoa sexualmente violentada: Eu. Quando decidi que gostaria de trabalhar com o tema da violência sexual por meio dos estudos das emoções e utilizando como material empírico minhas memórias de violências sexuais, senti medo. Pensando em minhas vivências e em relatos de outras pessoas - algumas próximas e outras nem tanto - percebo que é bastante frequente que ao lidar com situações de ruptura da vida cotidiana, como é o caso das violências sexuais, nossa mente é levada a um caminho tortuoso entre o esquecimento e o sofrimento.

Veena Das (1995; 2007) atenta para essa dimensão da temporalidade em relação a situações de violência. Os eventos críticos que analisa são dotados de uma profundidade temporal: a memória desse passado traumático circunda o presente como se fosse uma atmosfera por onde o fluxo da vida segue, fixando na experiência subjetiva. Essa atmosfera também engendra uma situação de silêncio bastante complexa, já que: “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.” (POLLAK, 1989, p. 4).

Quebrar essa barreira do silêncio surge enquanto uma ação política nesse trabalho. Assim como Audre Lorde (2019, p. 49): “passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada ou incompreendida. A fala me recompensa, para além de quaisquer outras consequências”. Estou viva, sou uma sobrevivente de violências e narrar e refletir sobre estas experiências de sofrimento são uma ferramenta contra o pacto de silêncio consolidado pela dominação patriarcal.

Esquecer dos momentos de extrema violência e dor é muitas vezes uma tentativa subconsciente (ou até consciente) de evitar o sofrimento psicológico. Porém, na maior parte das vezes tal esforço não é eficaz. Esquecer detalhes, informações do ato de violência em si não possui o poder de anular a memória emocional decorrente do mesmo; as emoções se agarram de forma tão intensa no self que muitas vezes a memória se esvai lentamente como areia entre os dedos, mas o sentimento ligado a elas permanece. Sempre presente, nas sombras do

pensamento, esse sentimento é intensificado, reanimado, em situações “gatilho”, onde uma resposta mental carregada de emoções e pensamentos, frequentemente de angústia, ansiedade é ativada frente à uma memória traumática.

A distância temporal entre o acontecimento dos eventos traumáticos e o registro escrito que eu produzi posteriormente é uma característica que ajuda a estranhar e contextualizar o material empírico com o qual trabalhei em busca de evidências que permitissem uma reflexão analítica. Este esforço de lembrar e escrever foi um caminho doloroso, cheio de armadilhas. Em meus relatos também refleti sobre minhas memórias:

Por anos tentei esquecer-las. Percebo que o caminho não é esquecer, mas compreender. Nesse percurso de lembrar e escrever refeito essas memórias. Não em um sentido de criar uma ficção sobre elas, mas de compreender todos os elementos sociais, culturais, psicológicos e emocionais que circunscrevem tais memórias. Compreender ajuda a desvelar. E enquanto faço isso a culpa e vergonha que sinto são transformadas em perseverança. Força. Potência. (Trecho de relato escrito em 30/01/2023).

A antropóloga Marilyn Strathern (2013) tece algumas discussões sobre o lugar da ficção na escrita etnográfica. Ela pensa em narrativas de ficção, uma forma de escrita que vai além da monografia científica, exigindo estratégias literárias de distinção, tornando o texto etnográfico mais atrativo. Elaine Perdigão (2020, p. 3) discorre sobre o texto de Strathern, pontuando que para a realização dessa escrita etnográfica é necessária: “autoconsciência sobre a função do texto, suas possibilidades argumentativas e as limitações de representação do real que são impostas ao texto”, concluindo que:

Por mais que a narrativa antropológica se pretenda honesta, e que seu narrador esteja empenhado com sinceridade ao fazê-lo, não poderá oferecer ao leitor mais do que a seleção consciente dos fatos vividos arranjados textualmente em torno de um argumento factível, cujo principal objetivo é apresentar um relato que, aliás, para se tornar verdadeiro, deve ser devidamente pensado, revisto e reescrito.(PERDIGÃO, 2020, p. 4).

O texto enquanto ficção também é tema de estudos de Clifford Geertz (2002), que reflete sobre o carácter ficcional das etnografias, apontando para o fato de que é algo que é fabricado, tecido por meio de estratégias de escrita com intuito de convencer o leitor da facticidade da narrativa, já que é pela escrita, e não pela teoria,

que o texto realiza essa persuasão de que lê. Situar a etnografia entre a ficção, visto que parte de experiências biográficas, e o texto científico é a tarefa autoral das antropólogas.

Assim, entendo que meu medo é um reflexo das memórias. Relembrar situações de extrema violência que passei anos tentando esquecer é um processo que dói em minha alma e minha carne. Um complexo emocional é ativado durante este processo: o medo como uma emoção-chave é acompanhado de outros desdobramentos emocionais. Angústia, ansiedade, nojo, tristeza profunda, ódio, culpa, solidão e outras emoções ainda não compreendidas por mim emergem no exercício de lembrar e escrever sobre tais lembranças. O que precisa ser enfatizado é que este complexo emocional, assim como a variabilidade de outras gramáticas experienciadas cotidianamente por nós, não é apenas um estado mental restrito aos pensamentos. Michele Rosaldo (2019, p. 38) destaca que as emoções são pensamentos específicos, situadas no corpo, mas culturalmente mediados, cujo nível de engajamento do sujeito varia de intensidade de acordo com suas relações e o contexto:

Emoções são pensamentos de alguma forma "sentidos" em rubores, pulsos, "movimentos" de nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele. Eles são pensamentos incorporados, pensamentos filtrados pela apreensão de que "estou envolvido". O pensamento/afeto, portanto, evidencia a diferença entre a mera audição do choro de uma criança e a sensação de ouvir - como quando se percebe que o perigo está envolvido ou que a criança é sua.

Por diversas vezes essas emoções me colocaram em um estado de completa incapacidade, sem forças para sair da cama, me alimentar ou realizar qualquer tipo de atividade, por mais simples que fosse. E é estarrecedor como o que eu sentia era sempre diferente. Em um dia as crises intermináveis de choro impossibilitavam qualquer tentativa de contato social. No outro, a apatia avassaladora ceifava minhas pretensões de ter um dia produtivo — em casos extremos essa apatia podia facilmente me levar a pensamentos mais sombrios e perigosos. Um vazio existencial onde o sentido da vida se esvai e o que resta é apenas um desejo profundo de que tudo isso acabe. O que eu sentia estava não apenas no pensar. Meu corpo sentia constantemente os efeitos das emoções que me dominavam. Vômitos, cansaço extremo, choro, calafrios, uma dor corrosiva em minhas entranhas. E a partir disso

surgem dúvidas sobre minha própria capacidade de continuar o trabalho de relembra, ler, escrever e sentir o que era necessário para concluir este TCC.

Porém, o que venho aprendendo é que trabalhar com essas memórias e suas emoções, tentando fazer emergir o que há de coletivo nessas experiências pessoais, é também uma forma de diálogo - seja comigo mesma, ao ressignificar e enfrentar o sofrimento causado por elas, retomando certo controle sobre seus feitos sobre mim; seja através de um diálogo com as experiências e análises de outras pessoas que também vivenciaram situações análogas ou que dedicaram seu fazer científico, sua pesquisa, em tentar compreender as condições e elementos envolvidos em situações de violência sexual. Este diálogo - teórico mas também através das conversas realizadas durante a pesquisa - me ajuda a perceber as variadas nuances de minhas próprias memórias. Com esse esforço, me aproprio dessas memórias, me refaço. Recupero meu corpo.

Ellis, Adams e Bochner (2015) refletem sobre a capacidade terapêutica da autoetnografia, pensando que ao escrever sobre nossas histórias pessoais damos sentido a nós e nossas experiências, como também afastamos alguns pesos morais que recaem sobre nós, descobrindo uma voz própria sobre nossas próprias narrativas. A partir do testemunho pessoal:

los autoetnógrafos no sólo trabajan con otros para validar el sentido de su dolor, sino que también permiten que los participantes y los lectores se sientan validados y/o más capaces de lidiar o cambiar sus circunstancias (ELLIS, ADAMS E BOCHNER, 2015, p. 259).

Assim como para Bê Morais (2018, p. 7), esta também é a primeira vez que deixo de escrever experiências de um outro na posição de “uma narradora distante e onisciente” e procuro exaltar a minha proximidade com o universo que pesquiso e as “diversas realidades subjetivas” nas quais estou inserida. Como dito, esse processo possui implicações em minha própria saúde mental e na forma como me enxergo enquanto pesquisadora e vítima de violência sexual. Destaco aqui trecho de um dos relatos que compõem este trabalho:

Ao escrever sobre ter sido “vítima” percebo que até o momento não havia referido dessa forma. É difícil para vítimas de estupro e violência sexual admitirem que foram vítimas. Passei quase dois anos após estes acontecimento sem pensar que havia sido vítima ou sofrido um estupro. A própria palavra me deixava desconfortável, com medo e vergonha. Estupro. O que as pessoas iriam pensar sobre? lam

certamente me culpar e me ver como alguém sujo, promíscuo, nojento, eu pensava. É quase uma libertação falar “Eu fui vítima de estupro”. É um movimento de realocar a culpa. (Trecho de relato pessoal escrito em 02/02/2023)

Escrever sobre um evento dessa magnitude é também um ato de coragem e hoje já não tenho mais receio de admitir isso. Superar todos os medos, porque como pontua Audre Lorde (2019, p. 51) “a transformação do silêncio em linguagem e ação é um ato de revelação individual, algo que parece estar sempre carregado de perigo”, inseguranças e a vergonha de tornar públicas minhas vulnerabilidades é uma atitude de enfrentamento das desigualdades e silenciamentos e de compreensão da minha fragilidade. Também me aproxima e move meus afetos em direção a outras pessoas que já passaram por situações tão parecidas e cruéis como a minha. Mesmo com esse caminho doloroso, reconheço que esse processo me fez e me faz bem, em esferas de minha vida que ultrapassam a universidade. Este trabalho não pretende se conter nas linhas acadêmicas, mas ser uma forma de me refazer e neste processo tentar tocar os corações de quem me lê — em especial aquelas pessoas cujas vidas foram atravessadas por violências tal como a minha foi, que reconhecem na minha narrativa um caminho de sobrevivência. Este texto é também sobre compartilhar esperança.

Neste sentido, compartilho da posição de Bê Morais (2018, p. 9) ao escolher a escrita vulnerável descrita por Behar (1992) como possibilidade teórico-metodológica de aproximação entre o eu e o outro. A exposição das vulnerabilidades da escritora são utilizadas enquanto criadoras de vínculo entre narradora e leitora. Mas também trazem risco. O risco da exposição de seus traumas publicamente; de ter sua credibilidade acadêmica questionada; de se perder em suas memórias traumáticas, prejudicando a própria saúde. Porém, como Bê Morais (2018, p. 50), acredito que um trabalho conduzido com responsabilidade e atenção às demandas da pesquisadora “a escrita vulnerável pode existir como um catalisador para a mudança, pois ela tem o poder de iniciar um diálogo entre a produção acadêmica e os problemas que emergem da sociedade”.

CAPÍTULO II

Intersecções: Gênero, violência sexual e seus encadeamentos emocionais

A violência sexual é uma das formas mais cruéis e persistentes da violência de gênero. Segundo dados da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS, 2019) enquanto 2,5% da população masculina afirma ter sido vítima de violência sexual no decorrer da vida, entre mulheres este número salta para alarmantes 8,9% da população. Em 2015, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015) registrou 45.460 estupros no Brasil, sendo 88% das vítimas do sexo feminino e 90% dos agressores indificados como homens, por meio do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado anualmente. Além disso, o mesmo anuário estima que apenas 35% dos crimes sexuais são notificados. Já o Anuário mais recente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), cujos dados se referem ao ano de 2021, aponta que na última década (2012-2021) foram 583.156 casos de estupro reportados, sendo 66.020 apenas em 2021, um aumento de quase 45% em relação à 2015. Fazendo um paralelo com os dados do boletim Vitimização Criminal, produzido pelo Bureau of Justice Statistics do Departamento de Justiça dos EUA (2020) o órgão estima que 8 em cada 10 pessoas não notifica a polícia nos casos de estupro. Já o IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014) estima que cerca de 10% dos crimes sexuais sejam notificados no país.

É uma violência que, além de suas consequências para saúde física das vítimas, entre elas ferimentos ano-genitais, gravidez indesejada e o risco acentuado de exposição à IST's (infecções sexualmente transmissíveis), sem falar na frequente associação entre o ato do estupro e outras formas de violência, como espancamentos, também possui um forte teor simbólico e moral. Ao subjugar e aterrorizar o imaginário feminino produz vulnerabilidades e desigualdades, resultando em um ambiente de forte silenciamento e apagamento, engendrado pelo regime de dominação patriarcal, que, como bem pontua Débora Diniz (2013), utiliza do estupro como um ato de demarcação nas entranhas dos corpos femininos.

Há consenso no sentido de que não se pode compreender as dinâmicas da violência sexual de maneira descontextualizada e individualizada. A assimetria das relações de poder entre os gêneros engendra uma hierarquia de ordem simbólica e representacional, o que coloca os corpos femininos, pensando aqui identidades que ultrapassam a concepção biologizante de ser mulher, como pessoas trans não-binárias ou travestis, em uma posição de vulnerabilidade e sujeição, precarizando suas formas de estar no mundo e suas possibilidades de vida. Gerda Lerner (1986) realiza um fundamental resgate histórico dos mecanismos de criação e sustentação do patriarcado — sistema cultural, econômico e político que privilegia o homem, marcadamente o homem branco, cisgênero e heterossexual, dentro das relações de poder, produzindo hierarquias e estipulando papéis de gênero. Chama a atenção que Lerner delimita a história de escravização e dominação das mulheres em termos de uma dominação sexual. A exploração das mulheres não ficou restrita ao trabalho, mas se estendeu para os serviços sexuais e de reprodução. Assim, corpo, gênero e sexualidade são categorias pertinentes na compreensão do estupro enquanto ferramenta de dominação masculina. Dialogar com alguns conceitos e formulações relacionadas à essas categorias nos ajuda a identificar de forma mais precisa as violências sexuais e o ambiente de vulnerabilização e precarização das identidades femininas e, sobretudo, relacionadas à transgeneridade.

Gênero, sexualidade e suas implicações emocionais

No texto *Interpretando o Gênero*, Linda Nicholson apresenta uma discussão sobre os significados atribuídos ao “gênero”, principalmente através dos escritos feministas a partir dos anos 60. O ponto central da discussão é a oposição sexo/gênero e as construções acerca de tais termos. Nicholson vai chamar de fundacionalismo biológico as correntes teóricas feministas dos anos 60 e 70 que, apesar de se afastarem de um determinismo biológico, “permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento” (NICHOLSON, 2000, p. 4). O gênero não surge como um conceito substitutivo para sexo, mas uma “base sobre a qual os significados culturais são constituídos” (NICHOLSON, 2000, p. 3). Nessa perspectiva, o corpo seria a constante que, de acordo com os artefatos culturais disponíveis, serve como um receptáculo do gênero. Tal noção teria ajudado as feministas de outrora a afirmarem o não

determinismo biológico de sua condição como “mulher” — portanto as transformações sociais são possíveis, ao mesmo tempo que reafirmam as diferenças inerentes ao ser homem e ser mulher ou ao feminino/masculino.

Ao realizarem essa manobra fundacionalista, as feministas dos 60/70 acabaram por reafirmar a divisão binária feminino/masculino. Além disso, Nicholson analisa que o pensamento de tais correntes feministas mantém uma visão universalista em seu cerne, ao afirmar uma situação culturalmente comum na percepção do corpo, do sexo e do gênero. A ideia é que certos tipos de genitália possuem certos tipos de reação e trajetórias comuns. A crítica de Nicholson vai em direção de tornar o corpo uma variante também sócio-culturalmente construída. A teoria feminista precisa entender as “formas culturalmente variadas de se entender o corpo” (NICHOLSON, 2000, p. 6).

Parto de uma perspectiva pós-estruturalista, cujos estudos percebem gênero e sexualidade como relações de poder. Tal relação é marcada por práticas discursivas que visam o controle dos corpos, não através de um poder negativo ou proibitivo, mas sim da disciplina, do controle, da vigilância e da excitação — mecanismos complexos por meio dos quais poder e prazer se articulam (FOUCAULT, 2010). Assim, gênero e sexualidade seriam um tipo específico de aparato sócio-histórico de regulação dos corpos, já que tal estrutura também produz os corpos que regula. Os constructos sócio-culturais não somente incidem sobre o curso dos corpos, como também o precedem, de forma a produzir suas condições de inteligibilidade. Nosso entendimento dos corpos se dá por noções pré-existentes, constantemente reiteradas pela norma.

Foucault é uma referência basilar para os estudos de gênero e estudos queer, principalmente a partir dos anos 80. Na célebre obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (FOUCAULT, 2010) o ponto de partida é a problematização da hipótese repressiva, a qual assinala que a partir do século XIX vivemos uma repressão da sexualidade. Sem entrar no mérito de confirmar ou invalidar a hipótese, Foucault vai indagar sobre qual regime de poder-saber-prazer daria sustentação aos discursos sobre a sexualidade. O autor vai nos dizer que a repressão é apenas parte do discurso sobre sexualidade, mas não a explica. O que existe é uma explosão de discursos sobre os corpos e a sexualidade, marcados não por um poder negativo ou de obediência, mas sim um poder normativo, coercitivo, de produção de subjetividades pela disciplina. Por meio da anátomo-política do corpo, incumbida do

disciplinamento para extração produtiva do corpo, muito ligada à ideia de soberania; e pela biopolítica das populações, a regulação das massas, mais ligada à ideia de disciplina, Foucault vai organizar sua tese do biopoder — a regulação dos indivíduos, de suas subjetividades e de suas práticas dentro das relações de poder - tese que também é útil ao pensarmos saúde mental e suicídio, já que nos leva a questões como: o que podemos considerar como saúde mental e de que forma a loucura é também um tipo de regulação? Importante ressaltar que Foucault inaugura uma nova forma de pensar o poder, que em sua perspectiva não é algo que determinado indivíduo tenha posse ou não, mas sim um conjunto de relações, assim como as emoções, que não são estáticas, mas sim maleáveis, difusas, pensadas enquanto discursos emocionais. A ideia geral de Foucault é realizar uma análise do poder, olhando para a história dos discursos sobre a sexualidade. Entender como o poder é produzido dentro das nossas relações e tensionar as conexões entre poder, saber e verdade são parte central do argumento do autor.

É importante aqui atentar para o caráter discursivo das emoções. As formulações recentes da antropologia vem buscando questionar a concepção universalista das emoções, tomadas como expressões espontâneas do indivíduo, dessa forma pré-existentes à ordem social e às influências culturais, sendo sua expressão apenas passível de certa coerção pela sociedade. Esse pensamento seria então característico dos estudos psicológicos e psicanalíticos, fundados em uma premissa biologicista.

Tomando a vertente contextualista como lente antropológica, autoras como Maria Cláudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende (2010) e também Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod (1990) redirecionam o foco para os contextos relacionais específicos onde as emoções são suscitadas e comunicadas entre indivíduos. A particularidade dessa vertente está no seu vínculo com a noção foucaultiana de discurso — na qual o discurso, visto enquanto um ato de fala, guarda relação de constituição da realidade e não de mera referência ou descrição. A ideia aqui é pensar nos discursos emocionais e nos discursos sobre emoções, que cristalizam as percepções sobre e disciplinam os comportamentos por meio de normas e pedagogias. O que se diz sobre emoções passa então a constituir seu próprio objeto; não há objeto pré-discursivo. É com isso em mente que se propõe pensar na dimensão micropolítica das emoções, ou seja

sua capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais. (Rezende; Coelho, 2010, p. 65).

É também a partir dos estudos Foucaultianos, dialogando com outros pós-estruturalistas como Jacques Derrida e Gilles Deleuze e com teóricas feministas desde Simone de Beauvoir que Judith Butler vai desenvolver sua escrita em tom sempre desafiador e questionador, desestabilizando os postulados estabelecidos em torno de categorias como gênero, sexualidade, poder e identidade. Um dos pontos centrais do livro *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (BUTLER, 2013) é o questionamento de uma identidade pré-definida da categoria mulher — assim como de seu plural, “mulheres” — e de sua relevância enquanto sujeito do feminismo, como também de sua centralidade nos estudos sobre gênero e sexualidade. Sua principal crítica reside na oposição homem X mulher, já que Judith argumenta que não há nada na natureza que possa definir o que significa ser homem ou mulher. A autora dá um passo à frente as formulações teóricas da chamada segunda onda feminista — baseadas em uma idéia onde o corpo seria um certo tipo de moldura onde o gênero socialmente construído seria inscrito — ao afirmar que nem o sexo é natural, já que nascemos dentro de estruturas de poder pré-estabelecidas; estas produzem um campo discursivo de inteligibilidade cultural, por onde nossos corpos são processados e categorizados. Não há sexo, gênero ou desejo pré-discursivo: são criações culturais ficcionais sobre um corpo sexuado.

Pensar na universalização ou essência da categoria mulheres, juntamente com um processo de universalização da opressão patriarcal, como se existisse uma motivação comum e a priori para a opressão masculina, ignora as intersecções fundamentais entre gênero, sexualidade, raça, classe, pertencimento cultural e geográfico, sendo assim insuficiente na explicação ou na problematização das relações desiguais entre gêneros. Afinal, “ser mulher” ou “ser homem” é uma experiência geo-histórica e culturalmente marcada e que não exaure todas as características identitárias de determinada pessoa.

Com o passar do tempo e estudando mais sobre tais questões de gênero e sexualidade, percebi o quanto o fato de eu estar vivendo um momento conturbado e excitante de questionamento do meu gênero e de exploração da minha sexualidade,

atravessa e é atravessado por violências sexuais. Eu estava me desfazendo de uma imagem; de um corpo até. Quando Butler (2013) fala sobre a construção social do gênero e das práticas performativas de reiteração da norma é em parte isso que quer dizer. Nós ativamente construímos nosso gênero através de práticas, de modos de ser, de estar, de vestir. Nos empenhamos em ações que afirmam nosso gênero. Quando me reconheço enquanto uma pessoa transfeminina, quero ser reconhecida como tal.

Existem caminhos comuns na busca dessa validação social. Não é raro que mulheres trans e travestis busquem uma expressão hiper feminina e muitas vezes sexualizada. Muitas de nós buscam a validação ao sermos desejadas por homens cis héteros, já que também estamos inseridas em uma estrutura que tenta consolidar o sistema de cis-heterossexualidade compulsória. O interesse deles por nossos corpos serve como moeda de troca com nós mesmas. Mesmo que a sexualidade precise ser entendida em seus próprios termos, Raewyn Connell nos diz que devemos ter em vista o “jogo constante entre gênero e sexualidade” (CONNELL, 2015, p.69). Não afirmo aqui que isso é uma prática absoluta e muito menos que é um comportamento moralmente errado ou desabonador. Pelo contrário, nosso gênero e sexualidade devem ser vividos de forma livre, sem julgamentos morais ou estereótipos. Mas, sinto que muitas vezes essa configuração que descrevi é um tipo de armadilha para nós pessoas trans. Há em muitos casos uma relação de submissão nessas interações: nos rebaixamos (ou somos rebaixadas), aceitamos diversas humilhações e violências em troca de afeto. É estabelecida uma relação de dependência. É muitas vezes uma situação perigosa, principalmente porque os afetos são rotineiramente negados à população trans. Esse movimento de aceitar migalhas de afeto, com todas as humilhações e constrangimentos que acompanham, é parecido com o que María Elvira Díaz-Benítez define como um código de interação (2019, p. 58),

A condição de não-afeto se apresenta primeiro na família, onde as identidades são raramente reconhecidas, além dos constantes casos de expulsão. Barros Klinkerfus (2022) utiliza das construções levistraussianas de parentesco e a crítica feminista para relacionar as configurações familiares de pessoas trans e a própria falta de uma estrutura familiar às vulnerabilidades socioeconômicas dessa população. Os projetos de vida dessas pessoas são profundamente impactados neste ambiente hostil ao qual são expostas.

Já a escola, enquanto uma instituição marcadamente cis-hetero centrada, é um lugar chave na reafirmação das normas de gênero. Assim, as dissidências de gênero costumam passar por diversos constrangimentos e humilhações. Há uma pressão não só objetiva, mas também subjetiva, por meio de demonstrações de afeto (ou a falta delas), julgamentos morais, não reconhecimento do nome social ou mesmo do nome civil retificado, piadas vexatórias e outras gramáticas de austeridade/hostilidade emocional que buscam normalizar aquelas identidades. Isolamento, solidão, vergonha, culpa são sentimentos que acompanham crianças e adolescentes trans em suas trajetórias escolares. São notáveis os índices de evasão escolar, ou expulsão, já que como pontua Jaqueline Gomes de Jesus (2012) pessoas trans são impossibilitadas de expressar o gênero com o qual se designam, fazendo com que crianças e adolescentes deixem de estudar.

Por fim, a falta de afeto atinge as relações de amizade e, de maneira ainda mais intensa, as relações romântico-sexuais. Demonstrações públicas de afeto, ora importantes na consolidação de uma relação afetiva, são raras com pessoas trans. Relacionamentos mais longos são ainda mais raros. O que se vê é uma sexualização violenta das corporalidades trans. Somos jogadas no campo da abjeção, ora ensejando desejo, ora nojo e desprezo. Juciane de Gregori e Marcela Zamboni (2020) destacam que o regime de cisheteronormatividade compulsória coloca as pessoas trans em uma posição de não-afeto. Destacam a importância de considerarmos a forma com que as estruturas sociais ressoam nas experiências individuais dessas pessoas. A transfobia, enraizada nessas estruturas, se materializa na forma de expulsão escolar, afastamento familiar, negação às oportunidades de emprego como também à uma das formas mais valorizadas de interação social, as relações amorosas.

Em matéria da revista online Queer (2021) um grupo de pessoas trans entrevistadas relatam as dificuldades que encontram na criação de vínculos afetivos e românticos, destacando a padronização das identidades cisgêneras como perfis ideais de relacionamento na sociedade. Em outra matéria, essa da Agência de Jornalismo Online Maurício Tragtenberg (2021), travestis e mulheres trans evidenciam a transfobia e a fetichização como principais entraves na consolidação das relações afetivas de pessoas trans. Afirmam que a vergonha de homens cis de assumirem publicamente seus relacionamentos com pessoas trans está diretamente ligada à fetichização e ao preconceito em relação à essas identidades. Como isso

afeta essas pessoas, a forma como se enxergam (emoções relacionadas a si mesmas) e suas relações interpessoais? Que impacto isso tem nas gramáticas emocionais que desenvolvem? Me lembro aqui de um trecho de uma música de Linn da Quebrada que denuncia essa a fetichização dos corpos trans, tratados muitas vezes como objetos sexuais, descartáveis e dignos de vergonha:

Aprendi a amar nos cantos
 Rapidinho pela rua
 Nem tirava toda a roupa
 Quase nem ficava nua
 Só conversa afiada
 Conversa pra boy dormir
 Você tá certo, eu 'tava errada
 Não adianta eu insistir
 Com todos seus pensamentos
 Com tantas palavras tortas
 Já caíndo de maduro
 Já nasceram todas mortas
 Pois de que me adianta
 A neca ser mati ou odara?
 Se na hora do vamo ver
 Tomara que no rala e rola
 Tenha muito mais que só entra e sai vara
 Tomara que no rala e rola
 Tenha muito mais que só entra e sai vara

(Linn da Quebrada - Tomara)

Levanto essa discussão para mostrar que a maneira com que as emoções interagem com o gênero (aqui pensando a transgeneridade) é produtora de configurações afetivas específicas. Essas violências muitas vezes promovem um desfazimento de si, efeito da humilhação que altera tanto as relações como a percepção que o sujeito possui de si mesmo, “uma desqualificação que atua no âmbito moral, simbólico e psicológico” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2021, p. 189), levando à um rebaixamento moral. Nos vemos constantemente em situações de perigo não por promiscuidade como muito se fala, mas por questões sociais que restringem nossas possibilidades de vida, de educação, de emprego de afeto, de sexo e de amizades.

Mas, de que forma as relações de gênero estão implicadas nas relações emocionais? Em *O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais*, excepcional artigo da antropóloga María Elvira Díaz-Benítez (2019), a autora pensa a humilhação como categoria central nas discussões sobre gênero e, de maneira correlata, violência. Considerando a fecundidade de pensarmos as

emoções como complexos, Díaz-Benítez afirma que as emoções operam por uma multiplicidade de dispositivos e, em decorrência disso, os efeitos nas vidas também são múltiplos e diversos. Segundo ela “há uma forma, em chave feminina, de experimentar” (2019, p. 59) emoções como humilhação, nojo, culpa, vergonha entre outras que se ligam à estas formando os complexos.

Como irei demonstrar no próximo capítulo, a forma com que eu, uma pessoa transfeminina, lidei com os sentimentos ligados aos estupros que sofri está diretamente conectada com minha identidade de gênero. Díaz-Benítez (2019) também destaca a generificação das emoções evidenciando que experiências vividas assumem pesos diferentes para homens e mulheres. Enfatizo também essa mesma diferença entre identidades cis e trans, já que suas vivências ao longo da vida são marcadas por configurações desiguais. O próprio tempo pode ser lido por meio de um filtro de gênero: situações antes vistas como uma aventura ou como uma relação prazerosa podem ser modificadas pela passagem do tempo. Como Veena Das explica (2011), é necessário: “compreender a profundidade temporal em que o sujeito é constituído e a maneira como a memória traumática inaugura o tempo de construir a cegueira do presente já a partir de um ponto projetado no futuro” (DAS, 2011, p. 22). A culpa que senti diz muito sobre a posição subalterna na qual pessoas femininas são colocadas. Eu acreditava com todas as minhas forças que merecia aquilo que estava acontecendo, justamente por ser essa pessoa trans que estaria transgredindo duplamente as normas: primeiro por assumir essa identidade transgressora, mas também por ter a audácia de explorar minha sexualidade. É como se eu soubesse que havia infringido algum tipo de regra moral e por causa disso deveria ser punida.

A culpa era um mediador dessa punição, se transformando muitas vezes em vergonha e em medo — principalmente medo do julgamento que eu teria ao revelar que havia “me colocado” naquelas situações. Como eu poderia questionar o que aconteceu se eu mesma aceitei sair com aqueles homens? É a recorrente narrativa de que mulher que usa saia curta “tá pedindo” para ser assediada. E o que me parece é que quando um homem assedia uma mulher ou comete qualquer outro crime de violência sexual, ele está ciente deste jogo de emoções. O que eu ouvi enquanto estava sendo estuprada foi usado como um tipo de ferramenta que buscava despertar emoções específicas em mim. Aqueles homens queriam que eu sentisse culpa, nojo, humilhação, pois assim as chances de eu manter o silêncio

eram maiores. Sabiam do contexto de fetichização, sexualização e vulnerabilidade no qual pessoas trans estão inseridas e pensaram suas ações e seus discursos a fim de que fossem gatilhos para emoções específicas.

O efeito da violência sexual e das relações e desdobramentos emocionais é perverso, não somente na saúde emocional e psicológica, como vou demonstrar, mas também na própria identidade. Em certo momento após os estupros comecei a me questionar se eu realmente era uma pessoa trans. Minha identidade já não mantinha uma coerência, como se eu não me visse como antes. Aceitar a narrativa daqueles estupradores, que me chamavam de “viadinho sujo”, me parecia menos doloroso. Se colocar no mundo enquanto uma pessoa trans não é fácil. Precisamos ter coragem e força para rotineiramente afirmarmos quem somos, suportando as diversas opressões e violências que acompanham. Quando somos desqualificadas moralmente de forma tão intensa e sofremos uma situação de absoluta ruptura, nosso entendimento sobre si mesmas é profundamente abalado.

Violência sexual, saúde mental e o suicídio

Após ser vítima de três estupros minha saúde mental estava arrasada. Um turbilhão de emoções tomava conta de mim. Solidão, culpa e nojo se sobressaíam. Me dominavam de tal forma que minhas interações sociais eram guiadas por essas emoções. Me tornei reclusa, já que até os contatos físicos mais desprezíveis - e muitas vezes verbais também - me causavam medo, nervosismo. Me tornei incapaz de manter conversas com amigas ou sair para encontros de estudantes. Ficava pensando o quão nojenta eu era e o que as pessoas pensariam se soubessem do meu “segredo”. Na época ninguém sabia que eu havia sido estuprada. Era um segredo sujo que carregava. Com o tempo todo esse complexo de emoções se agarrou de forma tão perversamente em mim que entrei em um estado de autodestruição. Comecei a beber exageradamente - e sozinha - e a utilizar drogas mais pesadas. Queria de alguma forma extirpar tudo o que sentia de dentro de mim. Me machucar era uma maneira de suportar o que sentia. Não tinha apreço nenhum pelo meu corpo, pela minha vida. A ideia de me matar era cada vez mais presente. (Trecho de relato pessoal escrito em 23/12/2022).

O suicídio é uma ação humana alvo de investigação de diversas áreas. Porém, em todas elas o que se pesquisa não é o suicídio per se, mas o contexto, as influências e experiências que levam alguém a tirar, ou pelo menos tentar, sua própria vida. Na psicologia, a investigação abrange os comportamentos e desdobramentos cognitivos; a genética estuda a influência dos genes nas atividades

neuroquímicas; a psiquiatria enfrenta a questão por uma lente biomédica, catalogando e diagnosticando doenças que afetam a psique; na enfermagem, temos um direcionamento às ações de prevenção e acolhimento (NAGAFUCHI, 2019). Mas, qual a abordagem das ciências sociais e, especialmente, da antropologia? O importante estudo de Durkheim (2008) inaugura o interesse das ciências sociais no tema, chamando atenção para a dimensão social e relacional do ato. Mais do que uma condição individual e psicológica, Durkheim mostra que o suicídio é uma interação entre subjetividades e o mundo social. O sofrimento social é peça central nesta perspectiva. Ceres Victora o define como “processos sociais, políticos, culturais e econômicos que, combinados, engendram formas corporificadas de sofrimento e para como essas formas corporificadas de sofrimento também contribuem para a especificidade da vida social” (2011, p. 2). A antropóloga também afirma que os sentimentos, marcadamente a humilhação, a vergonha, o medo e a culpa, se configuram enquanto “formas violentas de sofrimento, com causas e consequências relacionadas a um meio social compartilhado” (VICTORA, 2011, p. 1). Segundo Thiago Nagafuchi (2019, p. 103), inspirado em Marquetti (2012; 2014), “a pessoa que tenta se matar opera em diversos discursos de suicídio, e estes são modos de comunicação não necessariamente verbais. O suicídio, lido segundo um viés socioantropológico, é um ato comunicativo”, referindo-se à relação pessoa-mundo-sociedade.

O trabalho de Veena Das (1995) também é importante para pensarmos em categorias e conceitos úteis na análise do sofrimento e do próprio suicídio. Podemos compreender o suicídio como uma ruptura — que em alguns casos, como o apresentado no presente trabalho, pode se suceder a um evento crítico, como um estupro. As possibilidades de vida são corrompidas, o que significa uma aniquilação do mundo (DAS, 2007) — a vida perde suas formas e seus significados. É também uma ruptura na continuidade temporal, pensando que o passado já não viabiliza os sentidos adequados na compreensão dessa nova situação.

Em seu trabalho etnográfico sobre o suicídio, Sílvia Monnerat realiza uma reflexão acerca do adoecimento mental, evidenciando “a dimensão social inscrita em vivências relacionadas ao sofrimento psíquico” (2017, p. 161). Um dos casos encontrados em campo por ela me chamou atenção: o de um jovem de 22 anos, paciente em um serviço particular de atendimento psiquiátrico, que revelou suas intenções para acabar com sua vida. Ao ler, percebi uma disputa de narrativas.

Enquanto sua família e o próprio serviço de saúde atribuíam sua depressão e ideação suicida à fatores estritamente psicológicos, uma “fraqueza individual” (2017, p. 163), tentando um diagnóstico e um tratamento medicamentoso, o jovem relatava experiências nas suas relações sociais como causadoras de sua depressão. Segundo ele, a dificuldade em estabelecer vínculos afetivos e a sensação de que as garotas com quem gostaria de se relacionar romanticamente sentiam nojo do seu toque seriam fundadoras de seu isolamento e sofrimento. Ressalto aqui uma visão que considera as relações de gênero e o estado de precariedade, rúbrica que une mulheres, pessoas trans, minorias étnico-raciais e outros grupos cujas vidas muitas vezes sequer são consideradas “vida” (BUTLER, 2018): se a dificuldade de estabelecimento de vínculos e emoções como nojo realizam um trabalho tão profundo no self de um homem cisgênero e heterossexual, como ficam ficam as pessoas inseridas nesta condição social de precariedade?

Naquele dia toda força que impedia que eu atentasse contra minha vida foi se esvaindo. Só o que lembrava era dos momentos de violência. Só o que sentia era dor. Uma dor constante, incrustada no mais profundo do meu ser. Não chorava. Não chorava porque o choro denota uma conexão emocional consigo mesmo ou com o outro. Eu não tinha isso. Não lamentava por mim ou por meu bem estar. Só queria parar de pensar. A morte que já parecia uma saída menos dolorosa passa a ser algo alcançável. Já tentei uma vez, porque não tentar novamente? Lembro de pensar que era isso, que nunca sairia desse ciclo de violência, que nunca pararia de lembrar o que aconteceu. Que não conseguiria mais sentir amor. Isso é uma coisa importante. Depois que tudo isso aconteceu eu já não sentia mais amor. Não me refiro a amor romântico ou amor pela família. Estes eu também não sentia, mas não é somente isso. Eu não sentia amor em relação a nada. Eu acredito que o amor é uma emoção primordial para nós, vital para nossa sobrevivência. Imprescindível nas relações sociais. O amor vem acompanhado de energia, calor, vontade. Nos traz movimento, ambição, esperança. E essas são emoções especialmente necessárias para que sigamos em frente. A vida, para a maioria de nós pelo menos, é marcada por dor, tristeza, percalços, vulnerabilidades. O amor é como uma mola que nos impulsiona. (Trecho de relato pessoal escrito em 23/12/2022).

Maria Aparecida Penso e Denise Pereira Alves de Sena (2020) destacam que o suicídio enquanto uma ação muitas vezes não é pensado como um ato de morte, mas como uma forma de cessar o sofrimento; não é nem um “ato de coragem e nem de covardia, é um ato de desespero” (p. 62). Quando uma violência irrompe no desenrolar de uma vida o próprio sentido da vida e da existência, passa a ser

questionado. Uma situação de extrema dor e sofrimento, que coloca em suspensão os planos e roteiros programados, pode levar à uma fuga desesperada da realidade e, “ao enfrentar o dilema entre existir ou não existir, muitas pessoas decidem pela morte” (PENSO e SENA, 2020, p. 71). Izabel Weber, Cristiano Gianolla e Luciana Sotero (2020) apontam para a relação entre a violência estrutural, a produção de vulnerabilidades e o suicídio. O próprio sistema patriarcal surge enquanto ferramenta de dominação colonialista, colocando luz sobre a relevância de pensarmos as relações de poder como produtoras de desigualdades, já que dados apontam para a prevalência do suicídio entre populações marginalizadas.

Ademais, podemos realizar alguns encadeamentos entre estupro e as consequências psicossociais e emocionais, como também a relação com o suicídio. Flávia Bello Costa de Souza (2013) realiza um profundo trabalho de investigação das consequências emocionais do estupro na vida de mulheres adultas. O estupro enquanto abuso emocional e ato simbólico de dominação é produtor de profundos traumas, cujas cicatrizes perduram na alma. Dialogando com Paske (1982), a autora delimita as reações iniciais ao estupro: “choque, humilhação, medo, tristeza e ansiedade, além de pesadelos e dificuldade para dormir. A vítima pode carregar o peso do preconceito e das concepções estereotipadas sobre si”. (SOUZA, 2013, p. 41).

Analisando uma séria de entrevistas com mulheres vítimas de estupro, Flávia Bello Costa de Souza (2013) vai pensar nas consequências relatadas por estas, separando trechos em categorias que se referem aos sentimentos gerados por este ato de violência. Ao refletir sobre a autopercepção destas mulheres e sua relação com o próprio corpo, a autora identifica o nojo como o sentimento mais presente. Os relatos demonstram que aquela invasão do corpo produziu um sentimento de nojo de si. Se sentiam sujas, como se o estupro tivesse modificado a forma como enxergam a si mesmas, impactando em sua autoestima e em suas relações sociais, já que passaram a se colocar como sujeitos inferiores. A vergonha também foi evidenciada nos relatos, principalmente por terem sua imagem de certa forma alterada. Sentiam medo de serem vistas como estupradas, de serem julgadas e culpabilizadas. Vergonha daquele corpo, que para elas, tinha se tornado sujo. Além disso, a culpa é também um fator central, que segundo os relatos obtidos por Flávia (2013), estava relacionada ao contexto de onde ocorreu o estupro e, especialmente, com a reação delas no momento. A culpa pode ser vista como relacionada a um

fracasso em impedir aquela violência de acontecer, assim como essas próprias mulheres sentiam culpa por estarem sozinhas na rua ou vestidas com determinada roupa. Como abordei anteriormente, a dinâmica emocional que circunscreve o estupro possui uma dimensão de revitimização e culpabilização das vítimas, perpetuando o pacto de silêncio e impactando profundamente a forma com que as vítimas enxergam a si mesmas e sua responsabilidade no ocorrido. Aquelas que conseguem superar essa estrutura de julgamento moral estão aptas a possibilidade de se identificarem como vítimas, deslocando estes sentimentos hostis. Assim, o trabalho de compreender as dinâmicas emocionais, com a oportunidade de modificá-las é um caminho de retomada do próprio corpo e de enfrentamento do sofrimento causado pelas violências sexuais. Porém, este trabalho não se realiza individualmente, mas de forma dialogada, seja com profissionais capacitados ou mesmo por meio de grupos de acolhimento, onde podemos ter contato com experiências nas quais reconhecemos o sofrimento compartilhado; compreender que partilhamos de sentimentos e dores com outras vítimas faz parte do processo de reconhecer que múltiplos fatores de ordem social estão por trás das engrenagens da violência, afastando assim noções de culpa e vergonha.

CAPÍTULO III

Experiências de uma vítima de estupro: violência, emoções e sobrevivência

2019 foi um ano bastante marcante. Com 23 anos, eu estava saindo de casa pela primeira vez para morar sozinha em Pelotas, cidade do extremo sul do Rio Grande do Sul, há cerca de 300km de onde morava. Com seu verão úmido e abafado e um inverno bastante frio e chuvoso, Pelotas era uma cidade pouco atraente para mim. Desde o primeiro dia que estive na cidade senti algo diferente no ar, sentimento que relacionava o clima denso e minhas inseguranças e medos. Cheguei em março em um dia ameno, cinza, chuvoso. Fui morar em Pelotas pois havia sido aprovada no vestibular para o curso de Ciências Sociais na UFPel. Isso me animava frente à solidão de ir morar em um lugar estranho e pouco convidativo. Fui com pouco dinheiro, então passei meses tendo uma rotina bastante restritiva. Só saía para assistir às aulas e para comer nos Restaurantes Universitários. No tempo em que estudei em Pelotas não construí nenhuma amizade forte. Não tinha

intimidade para conversar sobre assuntos delicados ou pessoais com ninguém. Na verdade, isso sempre foi uma questão complicada e que agrava o sentimento de solidão sempre latente. Sempre pensei nesse isolamento que estava inserida como um problema meu, uma responsabilidade individual; imaginava ser culpada por não ter conseguido me envolver afetivamente, que seria um erro meu na interação com esse novo contexto no qual adentrava.

Hoje sei que a criação de vínculos afetivos não opera por esse viés quase neoliberal do esforço pessoal ou do mérito. Como Bê Moraes (2018, p. 41) destaca, as Universidades são muitas vezes locais de produção e manutenção deste isolamento. Em conversas com outros estudantes, Bê percebe que demandas relacionadas à opressões de gênero, sexualidade, raça, entre outras, não são devidamente reconhecidas e atendidas pela Universidade. Não há intenção genuína e efetiva de acolhimento e inclusão por parte da comunidade acadêmica, que cobra por resultados, notas, participação em eventos científicos, assiduidade, comprometimento com as leituras e tantas outras pressões que a Universidade impõe sem antes entender as demandas afetivas, emocionais e em saúde mental de seu corpo discente. Assim, depois de ter procurado, sem sucesso, atendimento psicossocial na UFPel, e sofrendo cotidianamente a invalidação da minha identidade de gênero dissidente por parte do corpo docente, sentia-me cada vez mais sozinha e desamparada.

Sentia-me imersa em um ambiente hostil, passando por questionamentos de gênero, sozinha — o que é uma situação ambígua, já que apesar de estar morando sozinha pela primeira vez e isso ser de certa forma excitante, a solidão e seus efeitos entram em choque com essa nova liberdade. Na época eu tinha cabelos longos abaixo dos ombros, pretos. Fui para Pelotas pesando 72kg (tenho 1,80m de altura), quando voltei para Novo Hamburgo havia emagrecido 17 quilos.

As emoções que sentia eram constantemente transformadas, agrupadas, entrelaçadas umas com as outras criando novas emoções que nem sempre possuem uma ligação evidente. As emoções são um código extremamente complexo de interação humana; a forma como compaixão, ou até a gratidão, como demonstra Maria Elvira Díaz-Benítez (2019, p. 62), pode em alguns momentos despertar uma conexão afetiva e empática e em outros momentos ser cercada de um sentimento de humilhação ou de estabelecimento de uma hierarquia moral é um bom exemplo disso. No meu caso, todo o rancor, raiva e falta de amor próprio

produzidos durante períodos conturbados e violentos na minha adolescência, mas também alimentados pelas constantes opressões de gênero e sexualidade, aliado ainda ao isolamento afetivo em que me encontrava, foram se transformando em algo muito diferente: desejo. As emoções são categorias relacionais e contextuais (REZENDE, C. B.; COELHO, M. C, 2010), realizando-se a partir de diversos marcadores da diferença, que conformam as formas com que as mesmas são tomadas por sentido e inscritas no self. Parece que o sexo era uma maneira de expurgar esses sentimentos ruins. Ou mesmo alimentar eles. Não tenho certeza. O que tenho certeza é de que queria ser desejada.

Esse misto de liberdade, descobertas, busca por afetos e baixa autoestima desencadearam uma procura ansiosa por sexo. Era algo diferente. Sinto agora que o que me atraía mais era na verdade tudo que acontecia antes do sexo. Aquele jogo de sedução. A ansiedade. Penso que talvez esse jogo era a forma que encontrei de criar algum tipo de vínculo ativo, depois de tantos outros serem negados, fazendo com que me sentisse viva. Maria Filomena Gregori (2014) nos lembra que ao trabalharmos com categorias como desejo e erotismo estamos falando de categorias que articulam prazer, dor, consentimento, poder, proibições, hierarquias e normas. O tensionamento entre prazer e perigo é chave para compreensão de dinâmicas que envolvem os limites e práticas da sexualidade, já que o desejo é em si formado “daquilo que provoca, que incita e que assinala a diferença” (GREGORI, 2014, p. 50). Nos intercursos sexuais que tive, tanto para mim como para os homens com quem me encontrava, havia um certo teor de transgressão das normas, que pode muito bem ser gerador de uma experiência prazerosa, provocativa e que tangencia e reposiciona aspectos normativos de gênero; como também podem, a depender do contexto, transformar o que é prazer e consentimento em dor e violência (GREGORI, 2014, p. 51).

O meio que utilizei nessa época na procura por sexo foram aplicativos e sites de “paquera”. É evidente que minha identidade de gênero, a forma como me apresento para o mundo, influenciou muito na utilização desses meios. Como disse anteriormente, o local de não afeto em que nós pessoas trans somos colocadas gera diversas consequências. A necessidade de utilizar estes aplicativos na procura por sexo está muito ligada a essas condições de gênero e sexualidade, além de também estar cercada de erotismo, justamente por fazer emergir desejos que estão ligados a

tensionamentos relacionados ao anonimato, o perigo, a validação social de gênero, a liberdade sexual.

O aplicativo que eu utilizei na maior parte do tempo era o Grindr, descrito como um aplicativo direcionado para homens gays. Este aplicativo difere de outros por algumas características, que também explicam a minha preferência por esse app e sua relação com fetichização e a violência. O Grindr não exige que você tenha uma foto de perfil, além de não fazer nenhum tipo de checagem em relação aos dados inseridos, como data de nascimento ou quaisquer outras características. Seu público varia. Há desde pessoas muito jovens (inclusive menores de idade) que buscam explorar a sua sexualidade e descobrir mais sobre ela, até homens mais velhos, muitos dos quais são casados, com filhos e utilizam do anonimato do app para realizar desejos suprimidos. João Gabriel Maracci Cardoso et al. (2019, p. 2) percebem o Grindr e suas dinâmicas como um sistema de significação onde, por meio da criação de um perfil — composto primordialmente por nome, foto e uma descrição de si, mas também por outras características como altura, peso, tamanho do cabelo, posição sexual de preferência (sexo ativo, indicando a pessoa que insere o pênis em uma relação com penetração, ou passivo, que é a penetrada), morfologia do corpo (sarado, gordo, skinny, peludo, depilado) entre outras —, opera-se o consumo de corpos por meio de uma vitrine online e geolocalizada.

Ao pensar o uso desse tipo de mídia digital sob “a perspectiva da performatividade pressupõe entendê-las como um espaço para produções de si, no qual sujeitos expressam de diversas formas a maneira como se entendem e entendem seu desejo, construindo uma condição própria de si mesmos. De formas mais ou menos explícitas, essas performatividades retomam valores sociais vigentes no contexto em que tais aplicativos são utilizados e nos processos comunicativos singulares ao uso das ferramentas” (MARACCI CARDOSO et al., 2019, p. 3). Os autores também analisam mais estritamente o uso da fotografia no aplicativo, demonstrando que a mesma, em conjunto com o contexto do aplicativo e das outras informações do perfil, produz uma imagem de si, incrustada dos significados que quer transmitir. E a ausência de foto? Penso que esta também é produtora de significações, já que ao não inserir uma foto de perfil e, aliado a isso, possuir poucas informações na sua descrição, alguns homens buscam passar a informação da busca por sexo sigiloso ou, como ocorreu comigo, pode indicar a procura por uma “aventura”, forma com que muitos homens definem seu desejo por corpos que fogem

do padrão cisheteronormativo. Além disso, penso também que nos casos que descrevo, onde ocorreram violências sexuais, a falta proposital de informações é uma ferramenta de proteção relativa a eventuais crimes que possam ser cometidos.

O primeiro estupro que sofri em Pelotas foi em uma quarta-feira, 24 de abril de 2019. Era um dia de temperatura amena, nublado. Minha aula havia sido cancelada. Jantei por volta das 20 horas, tomei um banho e entrei no aplicativo, de forma até um pouco despreziosa. Lembro que logo que abri o app vi a mensagem de um homem. Sua foto de perfil não deixava identificar muito bem, era um pouco borrada. Respondi a mensagem e perguntei se ele poderia enviar uma foto melhor. Ele disse que sim, mas que não era para mostrar para ninguém, pois não era assumido. Conversamos por cerca de uma hora e ele me convidou para ir até a casa dele. Era perto de onde morava, umas 4 quadras. Durante a conversa, ele aparentou ser uma pessoa gentil. Contou que também era discente do curso de ciências sociais na UFPel e que já tinha me visto no campus. Aceitei ir até sua casa.

Chegando lá, bati na porta e ele me recebeu dizendo: “não pode fazer barulho, a locatária acorda muito fácil”. Era um homem grande, quase dois metros de altura, branco, olhos pretos, assim como o cabelo, que era curto. Tinha braços fortes, de quem fazia academia. Essas características, ao mesmo tempo em que me despertavam um alerta de perigo, excitavam-me de alguma forma. Eu estava ali, buscando outras formas de experienciar minha sexualidade, e descobrir novos corpos e novas dinâmicas são muitas vezes situações que despertam o interesse sexual.

Então ele me pediu para entrar, seguir reto pelo corredor e entrar na última porta à direita. O corredor era escuro. Logo no início tinha uma porta à esquerda que era a cozinha. Uma luz vindo de uma luminária piscava, quase como em um filme de terror. Olhei para frente e percebi uma luz ligada no fim do corredor. Lembro de estar nervosa, mas também excitada. Ele me acompanha de longe pelo corredor, sempre alguns passos atrás. No fim do corredor entrei na porta que ele havia indicado. Era um quarto pequeno, sem janelas. Nele, havia uma cama de solteiro com lençol bem arrumado. O quarto era todo muito organizado e limpo. Parecia que não havia nada fora do lugar e isso me causava algum estranhamento. A organização muitas vezes tem o poder de despertar sentimentos de desconfiança, quase como se ali não vivesse uma pessoa, mas um ser metódico e calculista. Ele me diz para sentar na cama. Sentou em uma cadeira e acendeu um cigarro. Lembro dele ter feito algumas

perguntas, mas não sei quais eram. Minha memória retorna quando ele apaga o cigarro, coloca a mão em meu rosto e me beija. Até ali, apesar de estar com um pouco de medo, a situação me parecia sob controle. Porém, rapidamente tudo mudou.

Enquanto eu estava sentada na cama, ele começa a puxar meu cabelo com força. Eu reclamo. Ele diz que tá tudo bem, que era pra eu relaxar. Ele introduz o pênis com força na minha boca. Puxo minha cabeça para trás, mas ele me segura e diz “engole aí putinha”. Fico sem reação, sem ar. Algum tempo se passa, não sei quanto. Cinco, dez, vinte minutos. Sinto medo. Não sei exatamente como devo agir. Se eu reclamar de novo ele vai me bater? Então ele me joga na cama. Respiro por alguns segundos e digo que quero ir embora. Nesse momento sinto a raiva no seu olhar. De forma impositiva ele diz que agora que eu tinha deixado ele “daquele jeito” eu era obrigada a terminar o “serviço”. Nisso ele me agarra pelos ombros e me vira na cama de barriga para baixo. Eu já não sei o que fazer. A forma como ele agia e seu tamanho me impediam de reagir. Pedi para ele não fazer isso. Pedi várias vezes, enquanto ele arrancava minha calça com violência. Ele só dizia: “relaxa que tu vai gostar, não foi pra isso que você veio aqui? Pra levar pau?”. Digo chorando que quero ir embora, que podemos nos ver outro dia. Ele ignora. Pressionando sua mão em minhas costas ele me mantém de barriga para baixo na cama. Não tenho força de levantar. Em seguida ele me diz para relaxar, senão vai doer. Com muita brutalidade me penetra. Eu grito de dor. Ele se deita sobre mim e diz: “Se gritar vai apanhar! Vai dizer que não aguenta agora? Vagabunda que nem você tem que aguentar quietinha”. Eu choro copiosamente, pedindo para ele parar. Percebendo que eu iria fazer barulho, ele puxa meu cabelo e afunda meu rosto no travesseiro, fazendo pressão para que qualquer som que eu faça fique abafado. Tento gritar, mas o som não sai. Vendo que teve êxito em me calar, ele continua a me penetrar de forma brutal. O que sinto nesse momento é um misto de medo e culpa. Não consigo respirar e começo a me debater. Consigo virar meu rosto um pouco de lado para respirar, mas não grito. Não tenho coragem de gritar. Ele sai de cima de mim, me dá um tapa nas costas e diz para eu colocar a roupa. Levanto com pressa e puxo minha calça. Vejo sangue escorrendo pelas minhas pernas. Estou tremendo e desorientada. Pergunto se posso ir embora e ele pergunta se eu não quero fumar um cigarro antes de ir. Olhando para o chão digo que não, que preciso ir embora. Não conseguia olhar em seu rosto. Ele pega a chave em cima do balcão e saímos

em direção à porta. Antes de me deixar sair ele diz: “nos vemos no campus”. Me dá um beijo e abre a porta. Eu saio andando sem saber direito onde ir. Chego em casa e vou direto tomar banho.

A sensação de estar suja é indescritível. Sentia nojo da minha pele, da minha boca. Nojo de mim, daquele corpo que me parecia que já não era mais meu. Ele havia tomado a força. Aquela noite eu não dormi. Na verdade, acho que não dormi por vários dias. Fiquei me perguntando por que eu havia ido até lá? Por que me arrisquei tanto? Maria Elvira Díaz-Benítez (2019) afirma que os limites do consentimento muitas vezes são mediados por emoções como nojo, medo ou pela dor, fazendo que consentimento e abuso coexistam em um contínuo cuja linha divisória é de extrema fragilidade. Esse tensionamento, que pode ser fonte de desejo e erotismo, pode rapidamente ser rompido, levando à violência e ao abuso: “Consentimos até certo ponto e nem sempre dizer não ou chega dá um fim a esses atos. Chamei esse instante de cruzamento de fronteiras de fissura e acredito que tanto nossas relações afetivas como as eróticas são potencialmente fissuradas” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2019, p. 67).

Estas experiências que exponho aqui vão ao encontro de tantas outras que ouvi de amigas, ou li em trabalhos científicos ou produções jornalísticas. Um tempo depois da violência que relatei, uma amiga muito próxima, que autorizou a reprodução de sua experiência aqui, me contou sobre o dia em que sofreu uma violência sexual. Percebo similaridades que são marcantes. Na experiência que viveu, o homem que a estuprou agiu pelo mesmo método de tentar provocar sentimentos como a culpa. Mesmo com sua tentativa de acabar com aquele ato, minha amiga conta que o abusador constantemente perguntava a ela se estava gostando. Também a chamava de “puta”, em uma tentativa de desqualificar suas vontades, já que nessa mentalidade patriarcal e machista a mulher que é “puta” está sempre disponível para o sexo e não pode dizer não. Como eu, ela também sentiu com nojo de si (?), com seu corpo marcado por aquele ato asqueroso.

A culpa aqui é elemento central. Nas entrevistas que Souza (2013) realizou fica evidente que muitas vezes vítimas de violência sexual se sentem culpadas por não terem reagido com a potência que julgavam necessária para parar com o abuso, mesmo que estivessem em posições completamente inferiorizadas em relação ao seu abusador. Nos relatos, as mulheres verbalizam esse sentimento (SOUZA, 2013, p. 117): “Porque às vezes eu penso assim, eu podia ter evitado”. “Eu me sinto um

pouco culpada... acho que facilitei as coisas pra ele, podia ter feito mais". Em trechos de sua biografia, Viih Tube, influenciadora digital e participante do reality Big Brother Brasil, também relata o que sentiu em relação à violência sexual que sofreu: "Disse não diversas vezes, mas não foi suficiente. Fui estuprada. Mesmo sabendo que tentei evitar, me culpava por não ter feito nada além de empurrá-lo. Até hoje sou obrigada a conviver com o homem que me estuprou, porque trabalhamos no mesmo meio, o que me dá calafrios" (TUBE, 2021, 76). Assim como ela, eu também tive que conviver com meu estuprador por cerca de um ano. Sempre que o via, retornava para aquele dia e me sentia ainda mais culpada e impotente, já que denunciar o estupro não me parecia uma opção, justamente pela vergonha que tinha em revelar aquilo. Como eu seria vista na Universidade? O caso iria atrair a atenção midiática? Seria julgada e teria minha denúncia desqualificada por outros homens que diriam que foi tudo consensual? Essas emoções que eu sentia, e que ao meu ver foram usadas como ferramentas de silenciamento pelo estuprador, demonstram a capacidade das gramáticas emocionais em alterar as dinâmicas relacionais, produzindo efeitos severos na vida de vítimas de violência sexual.

Esse episódio acabou por sedimentar aqueles pensamentos que já estavam me acompanhando. A partir daqui minha busca por sexo não é mais por algum tipo de descoberta, desejo ou busca por afeto. Era uma vontade de me destruir. Não me sentia mais dona do meu corpo. Não via motivos para seguir em frente. Daqui em diante o que eu pensava é que eu merecia o que tinha acontecido. Me sentia uma pessoa má, que deveria ser punida. Ora, eu era uma putinha, uma vagabunda, era pra isso que servia e só pra isso. O sofrimento de se achar merecedora de um estupro é absolutamente horrível. me sentia absolutamente descolada de mim mesma. Era como se eu não tivesse mais vontade sobre meu corpo. Não pensava em mais nada além daqueles momentos de violência. Buscava me autodestruir. Eu acreditava que era culpada pelo que havia acontecido. O nojo e a culpa fizeram um trabalho profundo de modificar como eu me via como pessoa e também na forma como me relacionava com outras pessoas. Queria me autodestruir porque a aversão que tinha em relação a mim mesma era enorme. Já não esperava mais afetividade e carinho de ninguém. Não me sentia merecedora. Eu pensava que havia me colocado naquela situação. Tinha vergonha disso, o que me impedia de falar com qualquer pessoa.

O segundo estupro que sofri em Pelotas ocorreu em 07 de agosto de 2019, novamente em uma quarta-feira. Naquele dia chovia muito. Era um dia frio e chuvoso de inverno. A tristeza tomava conta de mim de forma mais avassaladora do que normalmente acontecia. Decidi entrar no aplicativo Grindr. É importante lembrar que essa “decisão” era mediada por meu estado emocional. Não era uma decisão razoável, pensada, levando em consideração minha saúde ou integridade física. Já não tinha mais isso.

Comecei a falar com um homem, que na foto era negro, magro, com cerca de 25 anos (idade que também era informada em seu perfil). Logo me chamou para um encontro sexual em seu carro. Disse que poderia passar no meu endereço para me buscar. Aceitei. Na verdade, não sentia o perigo. Não sentia medo em relação a isso. Meus medos eram outros. Tinha medo de ficar sozinha, medo que descobrissem sobre a minha “verdade” vergonhosa. Era por volta das duas horas da madrugada quando ele disse que havia chegado e me esperava em um carro branco, a cerca de meia quadra de onde morava. Desci as escadas do prédio e ao sair avistei seu carro. Ele deu sinal de luz e fui em direção ao carro. Entrei no banco de trás, onde ele já me aguardava. Ao entrar percebi que aquele não era o homem das fotos. Mais velho do que na foto, ficou evidente que havia usado um perfil falso. Falei para ele que não era a mesma pessoa. Ele me disse que era uma foto antiga e que eu deveria relaxar que ia ser bom. Senti-me acuada. Ele começa a me beijar. Sinto nojo profundo. Dele e de mim. Afasto seu corpo de mim e digo que não estava gostando e que iria embora. Ele tenta me persuadir a ficar, mas não aceito. Tento abrir a porta, mas está trancada. Ele diz: “calma, vem cá com o titio”. Começo a dizer que não quero e que quero voltar para casa. Ele muda totalmente. Puxa-me pelos cabelos me chamando de vagabunda e diz que eu iria ficar até ele estar satisfeito. Me ameaça. Diz que conhecia uns caras que poderiam “me dar uma porrada”. Os vidros do seu carro eram bastante escuros, de fora não era possível ver nada que ocorria no interior. A rua estava vazia. Puxando meu cabelo e com as mãos no meu pescoço ele diz para eu obedecer direitinho que iria ficar tudo bem. Eu começo a chorar. Ele me fala para engolir o choro e introduz seu pênis na minha boca, me segurando pela nuca. Não tenho como escapar. Enquanto me obriga a realizar sexo oral fica me dizendo como eu era “uma putinha gostosa” e que iria “aproveitar muito”.

Logo manda eu parar. Manda eu ficar “de quatro”. Eu me nego. Prontamente ele desfere um soco no meu estômago. Fico sem ar. Aproveitando o momento, vira

meu corpo e rapidamente introduz seu pênis em mim. A dor foi incapacitante. Desmaio por alguns segundos. Abro os olhos e ele está me penetrando com força. Tento gritar, mas não consigo. Neste momento, por puro reflexo, começo a urinar. Ele percebe e fica com extrema raiva. Começa a me chamar de “lixo”, “porca”. O ódio é tanto que ele desfere um soco no meu rosto, acertando meu nariz que começa a sangrar. Ele fala: “Fica bem quietinha aí, agora que já sujou tudo eu vou terminar”. Assim, continua me penetrando por mais algum tempo, até estar satisfeito. Eu já sem forças fico imóvel. Ele então me manda sair do carro. Abre a porta e me joga para fora. Sai do carro, passa para o assento do motorista e vai embora. Fico no chão por um tempo. Me movo até uma mureta próxima e me sento ali. Estes momentos são bastante borrados em minha memória. Lembro que sangrava muito. Minhas pernas estavam banhadas de sangue. Meu nariz também sangrava volumosamente. Não sei em que momento decidi que deveria ir até um hospital. Fui a pé. Não lembro de nada deste caminho. O hospital que fui fica há pelo menos quarenta minutos a pé de onde estava.

Não sei exatamente como, mas cheguei. Não lembro de quase nada, apenas de uma enfermeira me recepcionando. Acordei no outro dia, já um pouco mais lúcida. Uma médica vem falar comigo. Disse que eu havia sofrido uma lesão na região anal e que tinha tido uma hemorragia bastante grave. Além disso, estava com o nariz quebrado. Ela me informa que havia chamado a polícia, pois tudo indicava que se tratava de uma situação de violência. Não aceito realizar a denúncia. Não tive coragem para fazer isso. Recebo alta naquela noite e vou sozinha para casa. Não informei ninguém do ocorrido.

Aqui apresento outra gramática que é de extrema importância quando trabalhamos com relações de gênero e violência, a humilhação. Novamente Díaz-Benítez (2019) nos traz elementos para pensar a temática da humilhação e sua construção de forma relacional, atentando que estas relações são muitas vezes alicerçadas em uma base hierárquica, cujos efeitos “trabalham na diminuição ou aniquilação de corpos femininos” (Díaz-Benítez, 2019, p. 55). Uma pessoa que passa por humilhações tão intensas pode muitas vezes perder sua capacidade de enfrentamento das violências. Tornamo-nos reféns daquela humilhação, confrontadas pela culpa, ameaçadas pela vergonha; vergonha essa que é corporificada e tem seus efeitos sentidos na carne:

Quando em um momento de sua história olhou para trás e sentiu vergonha, ela sentiu que a vergonha se localizava em seu corpo, pois ele era a materialização de sua sexualidade. Se era preciso mudar de vida, era preciso mudar de endereço, de ocupação, mas, sobretudo, era preciso que não ficassem rastros daquele corpo que para ela se tornou repugnante. Cris disse se sentir humilhada cada vez que alguém a reconhecia na rua. Essa humilhação ante a interação com terceiros se converteu na fase pública de sua vergonha, que se somou a uma dimensão subjetiva cujo enunciado claro foi: esse corpo não mais me pertence. (Díaz-Benítez, 2019, p. 58).

Essa falta de pertencimento do próprio corpo faz parte de um movimento de se desfazer de si e está muito presente nas experiências que relatei. Principalmente depois do primeiro estupro esse efeito da humilhação se fez sentir no meu abandono ao meu corpo; minha intenção era a autodestruição, para, quem sabe, me livrar do sofrimento que aquele corpo me trazia. Sobre isso, Díaz-Benítez (2019) infere que a vergonha, a culpa e o nojo de si realizam um duplo deslocamento, espacial e temporal, onde os sujeitos quando deslocados olham a si de uma visão exterior e carregada de representações com base em uma realidade passada. É aquela situação que relatei anteriormente, de perguntar por que me engajei naqueles encontros ou o que eu tinha feito com minha vida.

Essa última violência me colocou também em um estado de apatia. Passei dias em casa quase sem sair da cama. Sentia muita dor, culpa, vergonha. O sofrimento psicológico era potencializado pela dor em meu corpo. Após uma semana retornei às aulas como se nada tivesse acontecido. Os efeitos dessa violência foram diferentes. Aqueles sentimentos de auto destruição ainda existiam, mas dessa vez minha reação foi diferente, me afastando de qualquer possibilidade de sexo. Porém, sendo confrontada diariamente com as memórias e cicatrizes emocionais das violências vividas, fui cada vez chegando em um ponto de ruptura. O que quero demonstrar é que uma conjunção diversa de fatores interseccionados, de procedência social, cultural e psicológica, foram produtores de relações de poder que direta ou indiretamente impactaram minhas experiências de forma objetiva e subjetiva. Gênero e sexualidade são chaves de leitura para as dinâmicas emocionais que constituem a atmosfera afetiva e relacional na qual nossas experiências, inclusive e marcadamente as de violência e adoecimento mental, são conformadas.

Era um dia frio e chuvoso, não lembro exatamente da data, mas foi pelo final de agosto de 2019, após o último estupro que sofri. Estava sozinha em meu quarto

na região portuária de Pelotas. Naquele dia toda força que impedia que eu atentasse contra minha vida foi se esvaindo. Só o que lembrava era dos momentos de violência. Só o que sentia era dor. Uma dor constante, incrustada no mais profundo do meu ser. Não chorava. Não chorava porque o choro denota uma conexão emocional consigo mesmo ou com o outro. Eu não tinha isso. Não lamentava por mim ou por meu bem estar. Só queria parar de pensar. Isso me levou a andar pelo apartamento - que dividia com outros dois estudantes - à procura de remédios. No quarto de um de meus colegas encontrei uma caixa cheia de medicamentos, dos mais comuns aos controlados. Peguei todos. Não sei quantos comprimidos tomei, certamente mais de 20. Tudo misturado com uma boa dose de vodka. E assim apaguei. Não lembro exatamente o que aconteceu. Acordei cerca de 12 horas depois, jogada no chão, molhada em meu próprio vômito. Levantei, limpei o chão e tomei um banho. Nada foi dito a ninguém.

A segunda vez foi em março de 2020. Foi com certeza a mais traumática. Era um dia quente, úmido. Eu suava muito. Naquele dia eu havia tido vários momentos de gatilho, em situações que me faziam lembrar dos estupros. Não sei dizer exatamente o que me levou a tentar o suicídio. Sei que me sentia sozinha. Sem propósito. Estava sozinha em casa, em Novo Hamburgo. Lembro de pensar que era isso, que nunca sairia desse ciclo de violência, que nunca pararia de lembrar o que aconteceu. Peguei um cabo do tipo utilizado para carregar equipamentos elétricos, amarrei na janela do meu quarto e depois no meu pescoço. Joguei meu corpo para frente colocando pressão sobre o cabo. Depois de algum tempo senti meu corpo formigando. Minha visão ficou turva. Após isso não lembro de mais nada. Desmaiei. Por sorte, depois que desmaiei o cabo arrebentou, me fazendo cair no chão e acordar.

Todo aquele trabalho de desfazimento de mim mesma, de profundo sofrimento levaram a uma vontade, às vezes muito aparente, outras latente, de morrer. A morte era um caminho, não o objetivo. Como dito anteriormente, o suicídio é muitas vezes uma tentativa desesperada de cessar o sofrimento, interromper um ciclo de dor. E é muito frequente que pessoas vítimas de violência sexual, ao ficarem presas nessa dinâmica de violência e sofrimento, atentem contra sua própria vida. É exatamente o que relata Viih Tube em seu livro: “Estava em pânico e achava que não tinha mais nada a perder. Era como se nada importasse mais. Achava que, se

eu morresse, as coisas seriam melhores para todos. Parei no meio do processo, não tive coragem. Desisti de desistir.” (TUBE, 2021, p.91).

Casos como estes não são raros. Durante busca em portais de notícia foi impressionantemente fácil encontrar casos de suicídio cometidos por vítimas de violência sexual. Em 2019 Antonia Barra, jovem chilena de 21 anos, tirou sua própria vida após ser estuprada algumas semanas antes. Antonia relatou o estupro para amigos e seu ex-namorado que, ao invés de fornecer o colhimento necessário, expuseram de forma irresponsável e criminosa sua história (ESTADO DE MINAS, 2020). Em 2021 a moradora de Recife, Luanna Santos Fernandes Ribeiro, de 25 anos, suicidou-se após ser estuprada no seu ambiente de trabalho, por seu próprio chefe, que teria ridicularizado a situação nos dias seguintes. Relatos de amigos próximos afirmam que os doze dias entre o estupro e o suicídio foram de profundo isolamento para Luanna, que segundo eles dizia estar sentindo profundo nojo de si mesma (BARROS, 2021).

Estes relatos, somados a tantos outros presentes em produções científicas, como é o caso do trabalho de Souza (2013), apontam para um caminho compartilhado nas trajetórias de sofrimento social, adoecimento mental e nas dinâmicas emocionais de vítimas de violência sexual. Sentimentos como o nojo, a humilhação e a vergonha estão presentes em grande parte destes relatos, sendo suas dinâmicas uma chave para a compreensão das configurações sociais que circunscrevem as violências sexuais e suas consequências

CONCLUSÃO

Recuperar memórias de violência e escrever sobre elas tem sido uma experiência bastante desafiadora, mas que me recompensa na mesma intensidade. Ao entrar em contato com histórias de pessoas que também passaram por sofrimentos relacionados a violências sexuais, pude perceber nuances de minha própria trajetória que antes se apresentavam opacas para mim. É um processo de reconhecer os pontos compartilhados nestas experiências, o que me ajuda a compreender os mecanismos de dominação que existem sobre os corpos femininos e de que formas as dinâmicas emocionais se mostram como chaves de compreensão dessas violências e suas consequências. Neste processo, recupero autonomia e protagonismo em relação ao meu corpo, compreendendo que nojo, vergonha, humilhação e o próprio sofrimento são dinâmicas culturalmente construídas, contextuais e pertencentes às relações de poder que organizam e desestabilizam as práticas sociais. Afasto de mim a sensação de isolamento ao perceber que não estou sozinha, que muitas outras passaram por violências tão parecidas com as minhas e sentiram os desdobramentos emocionais e psicológicos as afetarem a ponto de desejarem acabar o suicídio como única forma visível de cessar seu sofrimento. Ao mesmo tempo, percebo como romper com o silêncio e produzir um conhecimento sobre este tema a partir desta localização pode contribuir tanto com a compreensão científica sobre as dinâmicas sociais relacionadas ao estupro e seus impactos na saúde mental das pessoas violentadas, assim como servir como referência para quem se encontre em situação de desamparo semelhante: talvez outras pessoas não se sintam tão isoladas, sozinhas e desamparadas nesse processo, ao perceberem que há algo de sociocultural na experiência desta violência. E talvez isso contribua com a introjeção da máxima “nunca é culpa da vítima”.

Ao longo da escrita procurei destacar a relevância dos aportes da antropologia, em especial do estudo das emoções, na investigação dos processos de violência, sofrimento social e adoecimento mental. A análise das emoções enquanto relações de poder e de sua capacidade micropolítica de alterar as relações

sociais (REZENDE; COELHO, 2010), atuando tanto no plano da construção e modificação das subjetividades como também no plano objetivo do sentido das ações dos indivíduos. Como nos mostra Maria Elvira Díaz-benítez (2021), quando falamos de emoções como a humilhação nos referimos a um pensamento corporificado (ROSALDO, 2019) que possui a capacidade de realizar um desfazimento de si, modificando a maneira como as pessoas veem a si mesmas, com efeitos severos em suas possibilidades de vida.

A intenção é demonstrar que o estudo das emoções constitui um campo fecundo, que em conjunto com categorias como gênero, sexualidade, identidade e poder, pode auxiliar nas pesquisas relacionadas aos processos de violência e silenciamento, fazendo emergir dinâmicas muitas vezes apagadas das análises de caráter positivista e convergente (SOUZA NASCIMENTO, 2019).

Ademais, procurei evidenciar a relevância da autoetnografia enquanto escolha metodológica do trabalho e, para além, como ferramenta produtiva na análise de temas envoltos por tabus e silenciamentos (GAMA, 2016; 2020); temas que são difíceis de fazer falar sobre e de marcante caráter subjetivo. Por meio da autoetnografia é possível amplificar as possibilidades de compreensão das múltiplas nuances da experiência social (MORAIS, 2018), trazendo para o texto acadêmico novas formas de expressão, engajamento político e questionamentos éticos que convergem na construção de alternativas epistemológicas inclusivas e profundamente comprometidas com a transformação social.

Por fim, sublinho que este é um trabalho sobre coragem e esperança, cuja escrita vulnerável (BEHAR, 1992) pretende tocar nos corações de quem lê; é um texto que não pretende deixar as coisas no lugar, mas mexer com sentimentos e fazer sentir, na alma e na carne, um pouco do sofrimento que eu e muitas outras compartilhamos. É um texto que procura acolher, ser fonte de esperança para tantas vítimas da violência sexual, cujas vidas foram atravessadas pela violência e pelo sofrimento, e que podem reconhecer na minha experiência um caminho de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE JORNALISMO ONLINE MAURÍCIO TRAGTENBERG. **Realidades afetivas de pessoas transexuais e travestis**, 2021. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/realidades-afetivas-de-pessoas-transexuais-e-travestis>.
- and truth. Boston: Beacon Press, 1989. p. 1-21.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera – The New Mestiza**. San Francisco, Aunt Lute Book, 2012.
- APARECIDA PENSO, Maria; PEREIRA ALVES DE SENA, Denise. **A desesperança do jovem e o suicídio como solução**. Revista Sociedade e Estado – Volume 35, Número 1, Janeiro/Abril 2020.
- BARROS, Maria Lígia. Após denunciar chefe por estupro, jovem de 25 anos se suicida no Recife. **Brasil de Fato**, Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/14/apos-denunciar-chefe-por-estupro-jovem-de-25-anos-se-suicida-no-recife>.
- BARROS KLINKERFUS, J. P. **A família e a vida trans: contribuições sobre o parentesco no desenvolvimento socioeconômico de mulheres trans e travestis**. Revista Textos Graduated, 8(1), 118–134, 2022. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/41774>.
- BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer: Anthropology That Breaks Your Heart**. Boston: Beacon Press, 1992.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2018.
- Caso de jovem que cometeu suicídio após estupro mobiliza Chile. Minas Gerais, **Estado de Minas**, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/07/23/interna_internacional.1169624/caso-de-jovem-que-cometeu-suicidio-apos-estupro-mobiliza-chile.shtml.
- CERQUEIRA FILHO, GISÁLIO e NEDER, GIZLENE. **Emoção e política: (a) Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.45-56.
- COELHO, Maria Claudia. **As emoções e o trabalho intelectual**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 273-297, maio/ago. 2019.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. nVersos Editora, 2015.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando o interpretativismo**. in Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem, Campinas, Edunicamp, 1992.

DAS, V. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. Cadernos Pagu, n. 37, 2011.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. **A monstruosidade da humilhação: uma etnografia entre mulheres agredidas com agentes químicos**. Anuário Antropológico, v.46 n.3, 2021.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. **O gênero da humilhação**. Afetos, relações e complexos emocionais. Horizontes Antropológicos [online]. 2019, v. 25, n. 54, pp. 51-78.

DINIZ, Debora. **A marca do dono**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-marca-do-dono,1094960>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008. Fabris Editor, 1997.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony; BOECHNER, Arthur. **Autoetnografia: un panorama**. Astrolabio, 2015.

FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado**. Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2015. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-uma-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 2010.

GAMA, Fabiene. **Sobre emoções, imagens e os sentidos:** estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos. In: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, Vol. 15, n. 45, 2016.

GAMA, Fabiene. **Tornar-se cronicamente doente:** perspectivas de uma im-paciente sobre cuidados médicos. Atas do 13ª Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.

GAMA, Fabiene. **A autoetnografia como método criativo:** experimentações com a esclerose múltipla. Anuário Antropológico [Online], II | 2020.

GEERTZ, Cliflord. **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora -UFRJ, 2002.

GREGORI, Juciane de. ZAMBONI, Marcela. **Relações Afetivas e Violência:** Sentidos da transfobia no contexto familiar e amoroso. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

GREGORI, Maria Filomena. **Práticas eróticas e limites da sexualidade:** contribuições de estudos recentes. Cadernos pagu (42), 2014.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5. Campinas, Ed. Unicamp, vol 5, pp07-41, 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS).** Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde.** In: Nota técnica, n. 11, Brasília, março de 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnica_diest11.pdf

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado.** São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **A crise moderna da antropologia.** Revista de Antropologia: Rio de Janeiro, 1962.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação.** In: Irmã outsider. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. **Language and the politics of emotion.** New York: Cambridge University Press, 1990.

MARACCI CARDOSO, João Gabriel et al. **Imagem, corpo e linguagem em usos do aplicativo Grindr.** São Paulo: Psicologia USP, 2019.

MARCONI, Dieison . **Bichas Intelectuais**: um manifesto pelos saberes localizados. *CADERNOS DE COMUNICAÇÃO (UFSM)* , v. 21, p. 54, 2017.

MARQUETTI, Fernanda Cristina. **O Suicídio como Espetáculo na Metrópole de São Paulo**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2012. 248p.

MARQUETTI, Fernanda Cristina. **O Suicídio e sua essência transgressora**. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 25, p. 237-245, 2014.

MESQUITA, D. **Crises (como) metodo(lógicas) na antropologia**: reflexões sobre e a partir da cisgeneridade, 2022. *Revista Nanduty*, 10(15), 32–52.
<https://doi.org/10.30612/nty.v10i15.16246>.

MONNERAT, Sílvia. **Relatos sobre suicídio e vozes**: um estudo etnográfico. *Equatorial*, Natal, v. 4, n. 7, jul/dez 2017.

MOREIRA, Marclin F. **A crise dos paradigmas e a solução da Antropologia**. In: *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand múltipla. *Anuário Antropológico* [Online], 2020. Acesso em: 20 de setembro de 2022. URL : <http://journals.openedition.org/aa/5872>.

MOTTA, Pedro M. R.; BARROS, Nelson F. Resenha. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, p. 1339-1340, 2015.

NAGAFUCHI, Thiago. **Um olhar antropológico sobre o suicídio**: devir, formas de vida e subjetividades. *REVISTA M*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 101-124, jan./jun. 2019.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima**. *Revista de Antropologia*, 62(2), 2019.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2000, vol.8 (2).

PASKE, Bradley A.T. **Rape and Ritual**: A psychological study. Inner City Books, 1982.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. in *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PERDIGÃO, Elaine. **Escrita Etnográfica**: Entre o Realismo e a Ficção. *Anuário de antropologia iberoamericana*, 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, 1989.

QUEER. **Jovens trans relatam dificuldades em estabelecer relacionamentos amorosos**. *Revista Queer*, IG, 2021. Disponível em:

<https://queer.ig.com.br/2021-08-20/jovens-trans-relatam-dificuldades-de-relacionamentos.html>.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROLT, Clóvis da. **Pensar a epistemologia das Ciências Sociais na contemporaneidade: dilemas de uma ciência incerta**. Soc. e Cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 435-442, jul./dez. 2011.

ROSALDO, Michele Zimbalist. **Em direção a uma antropologia do self e do sentimento**. RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 18, n. 54, pp. 31-49, 2019.

ROSALDO, R. **Introduction: grief and a headhunter's rage**. In: ROSALDO, R. Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis (Boston: Beacon Press; London: Taylor & Francis, 1989).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Flávia Bello Costa de. **Consequências emocionais de um episódio de estupro na vida de mulheres adultas**. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado).

STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TUBE, Viih. **Cancelada**. Editora Agir, 2021.

U.S. Department of Justice. **Criminal Victimization**, 2020. Disponível em: <https://bjs.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh236/files/media/document/cv20.pdf>.